

Arquitetura e Medicina Tropical: o polo da Junqueira – ecos de um património artístico integrado

ANA MEHNERT PASCOAL

*Bolseira de Investigação,
Investigadora colaboradora do
ARTIS - Instituto de História
da Arte da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa,
anapascoal@campus.ul.pt*

MARIA JOÃO NETO

*Professora Associada com
Agregação, Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa,
Investigadora Integrada do
ARTIS - Instituto de História da
Arte da Faculdade de Letras da
Universidade de Lisboa,
mjneto@letras.ulisboa.pt*

CLARA MOURA SOARES

*Professora Auxiliar, Faculdade
de Letras da Universidade de
Lisboa, Investigadora Integrada
do ARTIS - Instituto de História
da Arte da Faculdade de Letras
da Universidade de Lisboa,
claramourasoes@letras.ulisboa.pt*

RESUMO:

O presente texto analisa os edifícios do Hospital do Ultramar e do Instituto de Medicina Tropical, à Junqueira, em Lisboa, através de uma perspetiva integrada, incluindo os programas artísticos aplicados. Concebidos no âmbito de uma agenda política específica, ao serviço dos ditames coloniais do Estado Novo português, reflete-se acerca da sua permanência e das possibilidades de valorização deste património, que se mantém atualmente em funções.

ABSTRACT:

This paper analyses the buildings of the Hospital do Ultramar (Colonial Hospital) and the Instituto de Medicina Tropical (Institute of Tropical Medicine), at Junqueira, in Lisbon, including the integrated artistic programmes. The buildings were planned according to a specific political agenda at the service of the Portuguese Estado Novo's colonial dictates. A reflection upon their permanence and on the possibilities of valuing this heritage, which is still in use today, is made.

PALAVRAS-CHAVE:

Hospital; Investigação; Medicina Tropical; Património.

INTRODUÇÃO

Na viragem para o século XX, num clima de necessidade de afirmação da posição de Portugal no cenário internacional de manutenção dos territórios ultramarinos, discute-se a criação de um hospital especializado em Lisboa para receber funcionários e militares dependentes da Direção Geral do Ultramar. Concomitantemente aos exemplos estrangeiros, impõe-se a implementação de uma estrutura dedicada ao ensino e à investigação das doenças dos climas tropicais. Portugal concorreu como um dos pioneiros no âmbito da institucionalização da medicina tropical na Europa (RIBEIRO¹, AMARAL²). A Carta de Lei de 24.05.1902 estabelece o Hospital Colonial, junto do qual se organiza o ensino da medicina tropical.

O Hospital foi de imediato instalado no edifício da antiga Cordoaria Nacional, à Junqueira. A partir de 1904, a Escola de Medicina Tropical ocupou também parte deste edifício. Embora se considerasse, desde início, como localização provisória, ambos aí permaneceram longos anos. Apesar de independentes no seu funcionamento, mantinham ligações: o Hospital servia como extensão do ensino ministrado na Escola, e beneficiava da investigação nela realizada, numa interação entre pesquisa e prática médica pioneira entre nós.

A reorganização de 1920 (Decreto n.º 7096, 06.11.1920) não efetivou a obtenção de novos edifícios, adequados às suas funções. Caberia ao regime do Estado Novo, através da ação conjunta dos Ministérios do Ultramar e das Obras Públicas, a construção de novos edifícios, independentes, para os entretanto renomeados Hospital do Ultramar (HU, 1948) e Instituto de Medicina Tropical (IMT, 1935).

DA CORDOARIA PARA OS NOVOS EDIFÍCIOS

Tanto o Hospital como o Instituto receberiam instalações próprias na década de 1950, num momento em que Portugal procurava manter uma imagem digna ao fazer subsistir o seu “Império Colonial”, enquanto recebia duras críticas, por parte da Organização Mun-

dial de Saúde, face «à desarticulação sentida entre os sectores da Saúde, Assistência e Previdência»¹. Salazar iria ceder à criação do Ministério da Saúde e Assistência em 1958.

Inicialmente dedicado sobretudo ao tratamento de doentes militares e civis dependentes da Direção Geral do Ultramar, com enfoque nas patologias tropicais, o HU viria, com o passar dos anos, a alargar a sua atuação a outros casos, mais comuns no território metropolitano, atendendo ao aumento do número de beneficiários. Tendo saído da Cordoaria após a aquisição de terrenos nas imediações, na Quinta do Saldanha (1919), ocupou parte do Palácio da Ega² e, a partir de 1925, o Pavilhão de Macau, propositadamente construído para o internamento, a expensas dessa província ultramarina. Reestruturado no quadro da reorganização dos serviços de saúde do Império Colonial Português (Decreto n.º 34417, 21.02.1945; Decreto n.º 35913, 23.10.1946), assistia-se a um aumento dos internamentos. A imperiosa modernização dos equipamentos e a necessidade de incluir serviços de cirurgia, radiologia e laboratórios de análises, ditaram a urgência de novas instalações hospitalares.

O Governo assume a concretização do empreendimento, com importância no contexto da rede hospitalar que se procurava estabelecer no país (Decreto n.º 36600, 22.11.1947) e no âmbito mais alargado da política ultramarina. Neste período, arrancava também a construção dos imponentes Hospitais Escolares de Lisboa e Porto (inaugurados, respectivamente, em 1953 e 1959), com avultado investimento estatal.

A recente Comissão de Construções Hospitalares (CCH/MOP) é encarregada do projeto, em 1948. O projeto arquitectónico dos edifícios, segundo programa estabelecido pela Direção do HU, coube a Artur Evaristo Bentes, arquiteto da CCH³. O arquitecto planeia um conjunto de edifícios individuais, dos quais alguns não seriam concretizados (caso do Biotério). A partir de 1953, inauguram-se sucessivamente o Pavilhão para Infectocontagiosos (com internamento separado por sexos), o Pavilhão de Medicina e Cirurgia, o Pavilhão de Física-Médica e Isótopos Radioativos, a capela e o Prosectorado de Anatomia Patológica.

O Pavilhão de Medicina e Cirurgia, peça central do complexo, foi organizado funcionalmente em três pavimentos, comportando serviços como banco, consultas externas, radioscopia, fisioterapia e unidades de internamento de diferentes categorias, e equipamento técnico adquirido a firmas especializadas.

O inovador Pavilhão de Física Médica foi estudado com a colaboração de peritos do inglês *Atomic Energy Research Establishment*⁴, dedicado ao tratamento de doentes e à investigação científica. Atendendo aos critérios de segurança e de higiene vigentes, foi dotado de câmaras de descontaminação e de cofre blindado para armazenamento dos isótopos radioativos.

A crescente afluência ao hospital na década de 1960 atesta a falta de capacidade para internamento. O estudo de ampliação foi acometido ao arquiteto Lucínio Cruz⁵. A solução mais viável, num contexto de contendas ministeriais pela expropriação de terrenos, consistiu na ampliação em altura do Pavilhão de Medicina e Cirurgia. Previa-se dotar o hospital de mais 200 camas e incrementar as áreas de consultas externas, laboratórios de análises, radioterapias, enfermarias, maternidade e quartos particulares. O corpo clínico interveio na remodelação de serviços e espaços propostos, bem como no apetrechamento e na seleção de equipamentos. O funcionamento ininterrupto dos espaços pré-existentes, por forma a não perturbar os doentes, foi difícil. A obra obrigou, por exemplo, a alterar a configuração da entrada principal. O edifício ampliado, com oito pavimentos, entrou em funcionamento em 1975, altura em que o complexo recebeu a designação de Hospital Egas Moniz (Portaria n.º 623/74).



Fig. 1 – Maqueta do projeto de remodelação e ampliação do Hospital do Ultramar, 1967, arq. Lucínio Cruz. Fotografia de autor desconhecido. AHU, IPAD: MU/DGOPC/DSUH-09273.

A reformulação da Escola de Medicina Tropical como Instituto previa a construção de um edifício próprio (Lei n.º 1920, 29.05.1935). Porém, e apesar de insistências pela Direção⁶, o IMT permaneceria na Cordoaria nas décadas seguintes. Antes de se transferir para o novo edifício, viu as suas instalações serem reformuladas em 1940 (projeto de Luís Benavente, DGEMN⁷), rapidamente sobrelotadas devido à crescente afluência aos cursos de Medicina Tropical. Os estudos iniciados pelo arquiteto Paulo Cunha, em 1943, para um pavilhão de preparação de soros e vacinas, seriam abandonados aquando da sua deslocação para a Guiné. Na sequência, Porfírio Pardal Monteiro elaborou um ante-projecto, criticado e sem efetivação⁸.

A concretização do novo edifício foi colocada em marcha pelo Ministro das Colónias, Marcelo Caetano. Entendeu a necessidade de integrar o projeto sob alçada da sua pasta, aproveitando o recém-criado Gabinete de Urbanização Colonial (GUC). O projeto arquitetónico, elaborado no seio de uma comissão integrando o Professor João Fraga de Azevedo e o engenheiro Rogério Cavaca, foi atribuído a Lucínio Cruz, autor, entre outros, de edifícios universitários em Coimbra, do Cinema Roma em Lisboa⁹, e de um conjunto de hospitais nas províncias ultramarinas¹⁰.

A localização definitiva criou algumas que-relas entre os organismos que ocupavam os terrenos adjacentes ao HU. A implantação do edifício na encosta, com localização do Liceu D. João de Castro na face posterior, foi estudada por Luís Cristino da Silva no plano do arranjo urbanístico da zona¹¹.

A construção iniciou-se em 1956, sob orientação da Delegação das Novas Instalações para os Serviços Públicos (DNISP), que trabalhou em conjunto com o então renomeado Gabinete de Urbanização do Ultramar¹². O IMT foi inaugurado em 1958.

Atendendo ao programa, estabelecido em colaboração com o Conselho Escolar, o novo edifício comportava zonas separadas para ensino e investigação, com biblioteca e museu pedagógico, secção de produção de soros e vacinas, consultas médicas e educação sanitária para civis. Composto por um corpo alongado, com volume saliente destinado aos anfiteatros, recebeu gabinetes e laboratórios específicos. Em termos estéticos, aproxima-se do edifício do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (arq. Porfírio Pardal Monteiro, 1952). O mobiliário foi desenhado pelo arquiteto José Luís Amorim, que também estudou os edifícios complementares, como o posto meteorológico e instalações para animais¹³.

A decoração artística dos edifícios

Ambos os equipamentos foram dotados de decoração artística, planeada como parte integrante dos espaços e dedicando-se a nobilitá-los. Esta prática de complemento da arquitetura, num sentido de obra de arte total, era comum nas encomendas do regime, onde a iconografia da decoração sublinhava a mensagem que se pretendia propagar.

No caso do Hospital, os pavilhões para Infectocontagiosos e de Física Médica receberam baixos-relevos como decoração exterior. Por intermédio de Artur Bentes, Leopoldo de Almeida apresentou, em 1952, uma proposta para três peças, subordinadas à temática da assistência médica no Ultramar – duas em bronze e uma em pedra¹⁴. No pavilhão para Infectocontagiosos seria colocado, na fachada, um baixo-relevo de sua autoria representando a Maternidade: uma figura feminina que, sob o seu manto, acolhe quatro crianças desnudas de diferentes raças¹⁵. O pavilhão de Física Médica exhibe uma peça escultórica atribuída a Joaquim Correia, que integra um médico perante uma figura feminina reclinada, acompanhado de alguns instrumentos.

Para a capela, dedicada a São João de Brito, santo missionário português cujos milagres se ligam à cura de doenças, canonizado em 1947, foram apresentadas propostas pelos escultores Euclides Vaz e Joaquim Correia em 1955, também a convite do arquiteto¹⁶. Vaz idealizou a decoração do arco triunfal com esgrafitos representando motivos litúrgicos e os quatro evangelistas, e o vitral inspirado na vida do mártir jesuíta. Correia propôs um crucifixo e uma imagem do orago. A capela integraria ainda uma tela retratando São João de Brito pintada por Pedro Cruz.



Fig. 2 – Edifício do Instituto de Medicina Tropical, c. 1958, arq. Lucínio Cruz. Fotografia da Col. Estúdio Mário Novais [CFT003.23873]. FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos.

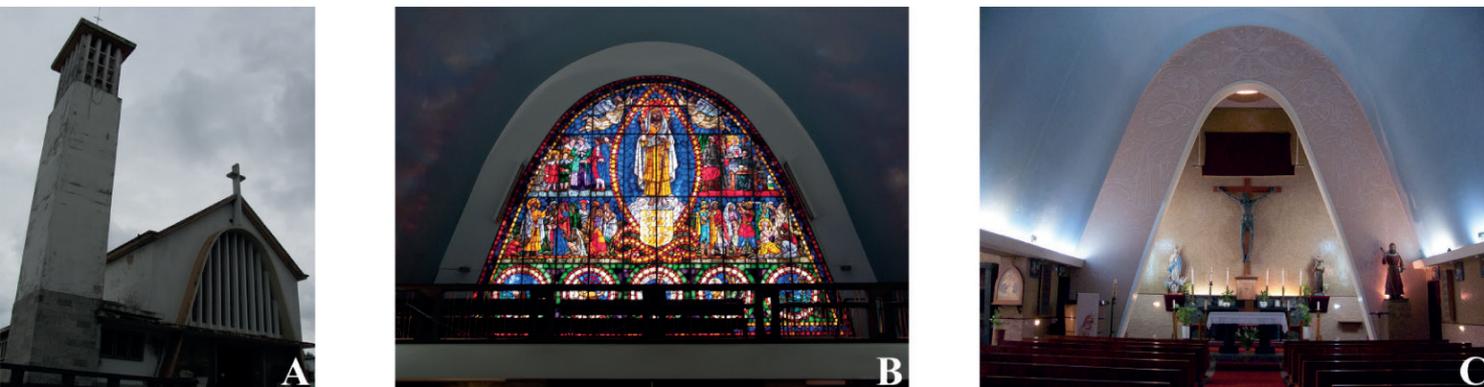


Fig. 3 – A) Capela de São João de Brito, arq. Artur Bentes, 1956. B) Vitral, Euclides Vaz. C) Pormenor do interior, com esgrafitos de Euclidez Vaz e crucifixo de Joaquim Correia. Fotografias de Ana Mehnert Pascoal, 2018.

Na memória descritiva do projeto de ampliação da década de 1960, Lucínio Cruz refere a inclusão de motivos decorativos, «para suavizar toda a sua austeridade [...] que se pode traduzir por um baixo relevo situado à direita da entrada principal dos serviços administrativos [...] e ainda no “hall” de entrada em painel cerâmico ou em azulejo policromado»¹⁷. Da primeira peça não se encontrou registo. No átrio de entrada, permanece atualmente um painel cerâmico, assinado por Manuel Lima (1973), apresentando uma composição alusiva à prestação de cuidados de saúde nas províncias ultramarinas: num ambiente de selva, encontra-se, ao centro, uma

alegoria à medicina e à saúde – uma figura feminina acompanhada por uma serpente enrolada num caduceu, atributo de Asclépio e símbolo da Medicina, rodeada por um antílope e por figuras de etnia africana, que são auxiliadas por um médico e uma enfermeira.

Posteriormente, seria transferido para a cerca do hospital um busto retratando Egas Moniz, da autoria de Pedro Anjos Teixeira, originalmente concebido para o Hospital Escolar de Santa Maria (ELIAS³).



Fig. 4 – A) Pormenor do Pavilhão para Infectocontagiosos: baixo-relevo, Leopoldo de Almeida. B) Pormenor do Pavilhão de Física Médica: baixo-relevo, Joaquim Correia. C) Painel cerâmico, Manuel Lima. Fotografias de Ana Mehnert Pascoal, 2018.

A decoração artística foi igualmente um dos aspetos caros ao projeto do novo IMT. Referia Lucínio Cruz como condições superiormente impostas «tratar o acabamento da

sala do conselho escolar como uma peça rica e artisticamente decorada [...] um grande painel a fresco», e «colocar junto ao pórtico de entrada duas estátuas representando figuras mais em evidência no meio científico, e dois grandes baixos-relevos em pedra em cada um dos lados da escadaria [...]»¹⁸.



Fig. 5 – A) Estátua de Garcia da Orta, Martins Correia. B) Painéis cerâmicos, Jorge Barradas. C), D) Estátuas de Euclides Vaz. A e B: Fotografias da Col. Estúdio Mário Novais [CFT003.11783, CFT020.188]. FCG – Biblioteca de Arte e Arquivos. C e D: Fotografias de Ana Mehnert Pascoal, 2018.

A DNISP encomendou uma estátua representando Garcia da Orta, para anteceder o edifício, a Martins Correia¹⁹. Deveria estar erguida aquando da realização dos VI Congressos Internacionais de Medicina Tropical e Paludismo, em 1958. O médico e naturalista renascentista figura em bronze, memorizando a ancestralidade da expansão ultramarina portuguesa. Ostenta um livro, alusão à sua obra *Colóquios dos Simples e Drogas (...) da Índia* (1563), e uma planta.

A entrada principal do edifício é ladeada por dois grupos escultóricos, alusivos à *Medicina e Farmacopeia* e à *Ciência protegendo o Homem* – temas sugeridos por Fraga de Azevedo, cuja autoria coube a Euclides Vaz²⁰. No primeiro, o escultor representou a Medicina através do seu “pai”, Hipócrates acompanhado da serpente, e a Farmacopeia, originada na Botânica²¹, tendo como atributos identificativos uma taça e um ramo. O outro grupo incorpora a Ciência, ostentando um microscópio, e o Homem, amparado numa coluna com um pergaminho desenrolado na base, simbolizando o conhecimento. O baixo-relevo previsto para o alçado posterior não seria equacionado²².

A pintura mural referida para a Sala do Conselho Escolar daria lugar a uma tapeçaria, executada pela Manufatura de Tapeçarias de Portalegre. O primeiro estudo, acometido pela DNISP ao pintor Luís Jardim Portela, não foi aprovado pela secção de Belas-Artes da Junta Nacional de Educação, por ser demasiado

experimental e o próprio autor evidenciar dúvidas²³. O cartão seria encomendado ao pintor Manuel Lapa, cuja composição integra dois antílopes num ambiente repleto de vegetação.

O denominado “átrio dos colonos” recebeu como ornamentação um tríptico cerâmico de Jorge Barradas, cujas cenas remetem para o espaço africano, com nativos e colonos. As atividades figuradas reportam-se à recolha de madeiras exóticas, ao ambiente familiar no alpendre de uma habitação, e ao embarque das madeiras no porto marítimo. Lino António, cuja encomenda para o restaurante se efetivou num painel, que se estende também pela superfície das suas paredes, concebeu uma composição cerâmica com diversas cenas policromas representando momentos do quotidiano das populações nativas, bem como fauna e flora.



Fig. 6 – Restaurante do Instituto de Medicina Tropical, com painel cerâmico de Lino António ao fundo, à direita. Sem data. Fotografia de autor não identificado [cota AGU/PG2215]. AHU, Fundo Agência Geral do Ultramar.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PATRIMÓNIO

O Hospital e o Instituto mantêm-se atualmente em funcionamento, reconvertidos ao sabor da evolução dos tempos e adequados ao quadro político-institucional vigente. O Hospital Egas Moniz integra o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental. O Instituto de Higiene e Medicina Tropical mantém a sua dupla missão de ensino e investigação e de prestação de serviços à comunidade, integrando a Universidade Nova de Lisboa. São espaços com elevada circulação diária, cuja consideração como património revela nuances específicas.

Trata-se de dois equipamentos que evidenciam o empenho do Governo português em modernizar os seus serviços, num contexto ideológico concreto. No período do pós-II Guerra Mundial, perante o arranque dos movimentos de descolonização dos territórios ultramarinos, Portugal firmava uma posição clara, sustentando-se na ação civilizadora que entendia ser sua missão para manutenção desses territórios. A construção de equipamentos modernos, dotados de tecnologia de ponta, e aptos a receber encontros científicos internacionais relevantes, contribuiria para perpetuar essa imagem de um país compassado com os novos tempos. De notar que se convocaram nomes destacados do panorama arquitetónico nacional para colaborar nos projetos. Os partidos arquitetónicos adotados, particularmente no caso dos edifícios da traça de Lucínio Cruz, evidenciam um conhecimento do que então se realizava no estrangeiro, concorrendo para uma modernização da linguagem dos edifícios dedicados à assistência e à investigação científica.

Por outro lado, o investimento nestes edifícios permite também avaliar a importância conferida à assistência e à investigação no que respeita à medicina tropical. Tinha sido imposto um plano de dotar o país de infraestruturas hospitalares, que apenas lentamente se foi concretizando, ancorando-se numa primeira fase sobretudo na remodelação de edifícios pré-existentes, a cargo das Misericórdias – o regime conferia primazia à prestação de cuidados de saúde e assistência por parte de particulares (COSTA4). Nos territórios ultra-

marinos, a construção de hospitais constituiu uma das competências prementes do GUC (Decreto n.º 34173, 06.12.1944), que se foi concretizando durante as décadas de 1940-1950.

Os programas artísticos integrados nos edifícios são, igualmente, reflexo da imagem que o regime pretendia propagar. Para além da legitimação através de figuras históricas, como era hábito, verifica-se o recurso a imagens que veiculam mensagens acerca da ação protetora – e, inclusive, civilizacional – da assistência e da prestação de cuidados de saúde aos nativos dos territórios ultramarinos, que permitiria o seu desenvolvimento.

Os dois equipamentos carecem de um estudo integrado do ponto de vista da história da arquitetura e da arte, vertentes que têm sido descuradas no contexto da investigação recente que tem sido dedicada ao colonialismo e à medicina tropical. Não obstante, algumas referências têm sido realizadas, sobretudo em estudos monográficos dedicados aos artistas plásticos intervenientes.

Particularmente o património artístico e móvel evidencia ser alvo de atenção por parte das atuais tutelas.

A Secretaria-Geral do Ministério da Saúde exhibe em destaque, na sua página de internet, o painel cerâmico do Hospital Egas Moniz como um dos exemplos dos «tesouros do património (...) da Região de Lisboa e Vale do Tejo»²⁴.

O IHMT assume de forma clara a consciencialização acerca do valor do património à sua guarda. Dotado de um museu²⁵, tem inventariado e procurado conservar o seu espólio, tanto no que respeita a coleções decorrentes do ensino e da investigação, como ao património institucional que congrega. Acerca do património artístico, concebeu uma brochura, memorizando a história da construção do edifício. Recentemente, por intermédio do projeto de investigação *Móveis Modernos* (FAUL), coordenado pelo Professor Doutor João Paulo Martins (MARTINS5), o IHMT demonstrou sensibilidade pela salvaguarda do mobiliário concebido para o edifício, organizando uma pequena mostra.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

¹ RIBEIRO, Pedro Lau – *A emergência da Medicina Tropical em Portugal (1887-1902)*. Tese de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, 2002.

² AMARAL, Isabel – *The emergence of tropical medicine in Portugal: The School of Tropical Medicine and the Colonial Hospital of Lisbon (1902-1935)*. *Dynamis*, 28, 2008, 301-328.

³ ELIAS, Helena – *Arte Pública e Instituições do Estado Novo. Arte Pública das Administrações Central e Local do Estado Novo em Lisboa: Sistemas de Encomenda da CML e do MOPC/MOP (1938-1960)*. Tese de Doutoramento, Facultat de Belles Artes - Universitat de Barcelona, Barcelona, 2006.

⁴ COSTA, Rui Manuel Pinto – *O Poder Médico no Estado Novo (1945-1974). Afirmação, Legitimação e Ordenamento Profissional*. UPorto Editorial, Porto, 2009.

⁵ MARTINS, João Paulo – *Mobiliário para Edifícios Públicos. Portugal 1934-1974*. MUDE/Caleidoscópio, Lisboa, 2014.

⁶ TOSTÕES, Ana – *Os Verdes Anos na Arquitectura Portuguesa dos anos 50*. 2.ª edição, FAUP, Porto, 1997.

⁷ MEGA, Rita – *Vida e Obra do Escultor Leopoldo de Almeida (1898-1975)*. 2 vols.. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa, 2012.

5 Em 1967, Lucínio Cruz viaja para Inglaterra para visitar recentes construções hospitalares, na companhia da enfermeira Maria da Cruz Leda, que estagiara no Hospital Príncipe de Gales. Não se encontrou relatório da visita, com especificação dos edifícios visitados. Ofício do Diretor Geral das Obras Públicas e Comunicações do Ultramar para a Direção Geral de Saúde e Assistência do Ultramar, 1967.02.24. AHU: MU/DGSA/RSH/14, Cx. 15, Pc. 14/21.

6 Ofícios diversos. Sistema de Informação do Património Arquitectónico, Direção Geral do Património Cultural (SIPA-DGPC): PT-DGEMN:DSARH-0 07/125-0038/03.

7 SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DSARH-0 07/125-0037/05.

8 Ofícios diversos. AHU: MU/DGOPC/SC, Cx.55, OP9160.

9 Tostões⁶, p. 109.

10 No âmbito da atividade do GUC/GUU, Lucínio Cruz elaborou projetos para unidades hospitalares em Angola, Guiné, Cabo Verde e Moçambique.

11 Plantas e Memória Descritiva existentes no espólio da Biblioteca de Arte da FCG.

12 Sobre a construção, ver documentação em SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DSARH-007/125-0022/02.

13 Memória Descritiva e desenhos. AHU: MU/DGOPC/DSUH, A1/Cx.134, OP08387; IPAD, MU/DGOPC/DSUH, 9321.

14 Ofício de João Pedro de Faria para o Diretor Geral do Fomento, 1952.07.17. AHU: MU/DGOPC/SC, A1/Cx.100, OP11960.

15 Rita Mega reproduz os desenhos que serviram de estudo a estas peças. Cf. MEGA⁷, vol. 2, fichas 348 a 352.

16 Ofício de João Pedro de Faria para o Diretor Geral do Fomento, 1955.06.15. AHU: MU/DGOPC/SC, A1/Cx.100, OP11960.

17 Lucínio Cruz, Memória Descritiva. Projeto de remodelação e ampliação do Hospital do Ultramar, Arquitetura, vol.1, 1967. AHU: IPAD, MU/DGOPC/DSUH, 9273.

18 Lucínio Cruz, Memória Descritiva. Projeto do Instituto de Medicina Tropical, Arquitetura, vol.1,

1 Costa⁴, p. 57.

2 <http://ahu.dglab.gov.pt/2018/04/16/dia-internacional-dos-monumentos-e-sitios-2018-reutilizacao-do-palacio-da-ega/> (2018.05.03; 14h00)

3 Artur Bentes, para além de ter realizado edifícios de habitação, integrou a CCH, que nos primeiros anos se dedicou sobretudo à adaptação de edifícios hospitalares pré-existentes, dirigidos pelas Misericórdias. Foi autor, em colaboração com Amândio Vaz Pinto, do primeiro Hospital Regional construído de raiz, em Setúbal (1959).

4 Ofício de João Pedro de Faria, Diretor do HU, para o Diretor Geral do Fomento, 1953.05.23. Arquivo Histórico Ultramarino (AHU): MU/DGOPC/SC, A1/Cx.100, OP11960.

1953.02.23. SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DREL-1400/03.

19 Foi observada e aprovada em duas fases de estudo por Diogo de Macedo, que menciona o espírito peculiar do artista e a sua fantasia na concepção iconográfica. Pareceres transcritos em ofício enviado pela Direcção-Geral de Ensino Superior e Belas-Artes para a DGEMN, 1957.03.16 e 1958.02.27. SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DSARH-007/125-0042/02.

20 Que colaborara noutra obra projectada por Lucínio Cruz, a Faculdade de Medicina da Cidade Universitária de Coimbra (1956).

21 Elias³, pp. 390-392.

22 Despacho de Arantes e Oliveira, 1956.10.17. SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DSARH-007/125-0042/01.

23 Parecer transcrito em ofício enviado pela Direcção-Geral de Ensino Superior e Belas-Artes para a DGEMN, 1957.03.16. SIPA-DGPC: PT-DGEMN:DSARH-007/125-0042/01.

24 <http://www.sg.min-saude.pt/sgcontudos/galeria/galeria+ltv.htm> (2018.05.03; 20h00)

25 <http://www.ihmt.unl.pt/museu/> (2018.05.03; 20h05)